

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A instalação do Tribunal da Relação em Faro tem tido uma história atribulada.

Correspondendo a uma reivindicação antiga dos agentes judiciários, em 1999 foram criados os Tribunais da Relação de Guimarães e de Faro. O primeiro seria instalado em abril de 2002. O segundo, devido a vicissitudes diversas, mas principalmente devido à inação de sucessivos governos, volvidos quase 20 anos ainda não foi instalado.

A instalação do Tribunal da Relação de Faro chegou a estar prevista para o Palácio Belmarço, imóvel adquirido pela autarquia farenses para esse fim e onde foram realizadas obras de beneficiação. No entanto, essa hipótese não se concretizou. Outras alternativas foram consideradas, mas também não se concretizaram. Entretanto, no âmbito do processo de reforma do mapa judiciário, o anterior Governo PSD/CDS abandonou o objetivo de instalação de um Tribunal da Relação no Algarve.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, através do Ministério da Justiça, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Está o Governo disponível para retomar o processo de instalação do Tribunal da Relação de Faro, que corresponde uma reivindicação antiga dos agentes judiciários?
2. Que medidas tomará o Governo para que esse objetivo possa ser concretizado a breve prazo?

Palácio de São Bento, 16 de janeiro de 2019

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

ANTÓNIO FILIPE(PCP)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.